



ANAIIS DO SEMINÁRIO NACIONAL

10 a 13 de Dezembro de 1991

Centro de Convenções da UNICAMP
Campinas, São Paulo
Brasil

Seminário Nacional RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

1ª Plenária

Presidente Tânia Maria Tonelli Munhoz

Expositores Antonio Carlos Diegues (USP)

Carlos Alfredo Joly (UNICAMP)

José Pedro de Oliveira Costa

Eu queria chamar para presidir a Mesa a Dra. Tânia Munhoz, que é Presidente do Comitê Internacional do MAB, que nos ajudará durante esta sessão como um todo. A idéia da organização é que nós tenhamos palestras de aproximadamente meia hora, com cerca de quinze minutos para debate após cada uma delas. As duas palestras previstas para essa parte da manhã são: a do Dr. Antonio Carlos Diegues, que é Professor da ESALQ/USP e Coordenador do Programa de Pesquisa de Conservação de Áreas Úmidas da UICN. Ele trabalhou durante 10 anos na FAO, portanto na ONU na Área de Conservação e Desenvolvimento Sustentado, e tem no seu curriculum uma distinção especial porque ele é "caiçara iguapense" como ele mesmo se determina e como poucos eu também me honro, tenho 25 mil anos de relação genética com o bioma Mata Atlântica. A segunda palestra, do Dr. Carlos Joly que é Livre Docente da UNICAMP, trabalhando no Departamento de Botânica, é pesquisador de ecologia vegetal e também um veterano, é o mais antigo membro do Comitê Brasileiro do MAB, e com o voto dele nós tivemos um voto de unanimidade para a aprovação das Fases I e II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Foi solicitado ao Professor Diegues que ele nos desse uma perspectiva bastante objetiva e bastante profunda da relação Homem-Natureza. Ele tem um conhecimento profundo da relação, principalmente do mundo caiçara, com a questão ambiental que, como nós vemos nesses mapas que estão aqui atrás, a Reserva da Biosfera tem os pés molhados no Oceano Atlântico, de modo que eu gostaria que o Diegues nos desse a perspectiva de como essa população deve ser entendida, de como ela deve ser vista, de como a população tradicional deve ser tratada, respeitada e de que forma inclusive ela deve participar desse processo. A seguir o Professor Joly nos dará o seu depoimento de como ele vê a participação da comunidade científica em relação à Reserva da Biosfera. Sem mais delongas, Diegues por favor.

Antonio Carlos Diegues

Eu quero agradecer então ao José Pedro Costa o convite de participar deste Seminário. Eu na verdade tinha sido previsto para fazer comentários sobre um conterrâneo caiçara que viria falar sobre a posição das populações tradicionais caiçaras, no que diz respeito à implantação de Parques e Reservas, infelizmente o caiçara não pode vir, provavelmente deve ter acontecido um toró violento no litoral e ele deve ter ficado retido nas praias. Então, eu não pretendo substituí-lo, acho que, como disse o José Pedro, o meu conhecimento, a minha vivência de caiçara é mais simbiótica, quer dizer, eu acho que a gente acaba cultivando essas raízes porque é a raiz da gente mesmo e talvez as minhas posições sejam um pouco marcadas por essa pertinência um pouco visceral com as populações litorâneas, com as quais eu passei uma parte importante da minha vida antes de me mandar pelo mundo. Agora voltando, eu acho que a gente poderia contribuir com algumas reflexões de fora do Brasil e de dentro do Brasil para tentar equacionar, eu não diria nem resolver, porque acho isso extremamente complexo, mas tentar equacionar a importância de unidades de conservação que prevejam a permanência e a continuidade do modo de vida de populações cuja cultura na verdade são tão ricas ao longo do litoral e Mata Atlântica.

O segundo comentário é que o José Pedro também tem um bom faro, eu acho que entre as inúmeras qualidades dele, essa qualidade de perceber o que está no ar e tentar implantar num país como o nosso, um conceito de uma relevância extremamente grande e não só sob o ponto de vista de preservação ambiental mas de integração de populações locais.

Na Universidade de São Paulo, através desse Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas, nós tínhamos feito já em 88-89 uma pesquisa na área de Guaraqueçaba, no Paraná e

essa proposta que está no final desse relatório publicado pela USP, foi uma proposta quase que natural de "reserva da biosfera", tendo em vista dois problemas básicos. Evidentemente essa área de Guaraqueçaba no Sul, ou melhor no litoral Paranaense e no Sul do Estado de São Paulo, é uma área de grande diversidade biológica mas também uma área de uma expressiva diversidade cultural. E nós partimos do pressuposto que no caso de Guaraqueçaba, provavelmente no caso da Mata Atlântica quase como um todo, é impossível ou é muito difícil a gente preservar a diversidade biológica sem preservar a diversidade cultural ali existente. São populações que têm uma relação visceral com o meio ambiente e não adianta a gente perguntar se elas são conservacionistas por natureza, seria a mesma coisa que perguntar à uma população indígena se ela é preservacionista.

Quer dizer, eu acho que essa população, mais do que qualquer outra coisa, mais do que ideologia, mais do que concepções da natureza, ela tem uma necessidade enorme dessa própria natureza porque é a base de sua vida, ela tem necessidade de águas puras, de um mar não poluído, tem necessidade da própria floresta para sobreviver e daí a recomendação, no final desse relatório, de que a reserva da biosfera - que naquele tempo ainda praticamente não se pensava em dar os primeiros passos em sua execução - seria uma solução quase que natural para resolver os problemas de grandes conflitos que existem em toda a Mata Atlântica, no caso de Guaraqueçaba, porque essas populações na verdade mais do que outras, elas são vitimadas por um planejamento inadequado não só de unidades de conservação mas também de todo um plano praticamente inexistente sob o ponto de vista de conservação e preservação dessa diversidade cultural por parte dos Governos.

Então, eu acho que os promotores da Reserva da Biosfera estão de parabéns, eu vejo na verdade como uma das poucas soluções ao nível de unidade de conservação para resolver esse conflito básico entre uso sustentado de recursos naturais, preservação no sentido estrito e atividades econômicas dentro de um quadro que hoje se chama desenvolvimento sustentado.

Um segundo bloco de observações que eu queria fazer dizem respeito ao fato de que a gente comemora nessas décadas recentes, uns 100 anos das primeiras implantações dos parques nacionais que começaram na verdade nos Estados Unidos no final do século passado com a criação do Parque de Yellowstone. Agora, é interessante a gente ver essa retrospectiva histórica porque esses parques nacionais americanos, eles visavam unicamente, ou principalmente duas coisas: a manutenção daquilo que os americanos chamavam de "paisagens únicas de grande beleza cênica" e assim por diante que motivariam, de um lado o turismo que levasse em conta essa beleza natural e que levasse em conta, isso bem posteriormente, a manutenção da diversidade biológica.

Esse conceito de "diversidade biológica", eu não sou biólogo, eu sou sociólogo, esse conceito da diversidade biológica é extremamente importante, mas na conceituação dos parques nacionais, essa conceituação apareceu muito depois, quer dizer, um parque como espaço de preservação da diversidade biológica apareceu posteriormente, quando exatamente a degradação das florestas tinha atingido em grande parte dos países um nível extremamente elevado.

É interessante a gente observar também que a nível mundial, se até a década de 80 a média da criação dos parques nacionais e reservas biológicas - são praticamente as duas unidades mais importantes no mundo - se até a década de 80 nós tínhamos em média de quatrocentas a quinhentas dessas unidades criadas no mundo, só na década de 80 foram criadas 1.400 unidades. Isto é, um número extremamente importante comparando com as décadas anteriores. Isso é interessante que se diga, ocorreu principalmente nos países em via de desenvolvimento, e porque não falar países subdesenvolvidos ou países do terceiro mundo mesmo. E aí é interessante a gente observar uma diferença fundamental que existia, ou que existe ainda, nos Estados Unidos e nos países em via de desenvolvimento. Quer dizer, no caso dos Estados Unidos, independente de que eles se massacraram a população indígena que vivia naqueles espaços ou não, é importante que se diga que a situação socio-econômica desses dois polos é totalmente diferente. Quer dizer,

só para salientar no caso dos países do terceiro mundo, nós temos em quase todas essas áreas populações tradicionais ou não de pequenos produtores que vivem, não só em harmonia - acho que esse tema a gente pode voltar a discutir - mas vive uma dependência extremamente grande dos recursos naturais e do meio ambiente. E mais do que isso essas populações, em muitos casos - e aí eu vou voltar a essa conceituação posteriormente - foram populações que foram deixadas de lado dos grandes ciclos econômicos, no caso brasileiro da cana-de-açúcar, café, que foram sendo expulsas no final desses ciclos e acabaram ocupando espaços territoriais chamados marginais naquela época, tipo Mata Atlântica, mangues, uma parte do litoral, geralmente partes inacessíveis, e que acabaram desenvolvendo com esses ecossistemas uma relação de extrema dependência.

Eu acho que esse é o termo mesmo, quer dizer, essas populações dependem desses ecossistemas para sua sobrevivência. Eu não diria somente para sua sobrevivência, ela depende da relação com esse ecossistema até para a manutenção de sua própria cultura, isto é, do seu próprio modo de vida.

A implantação crescente desses parques nos países do Terceiro Mundo, eu me referiria então a um artigo publicado há uns meses atrás pelo Professor Chrisna Daun Rist, em que ele faz uma análise da conceituação da implantação desses parques do terceiro mundo e diz que em todas as situações houve conflitos. Em quase todos os países - ele trata do Madagascar, da Tansânia, assim por diante disse que em todos esses países houve o conflito porque, em primeiro lugar, especialmente na década de 80 uma grande razão da implantação desses parques foi a disponibilidade de financiamento externo, isto é, as burocracias nacionais (da qual nós temos uma evidentemente no Brasil, como na verdade quase todos eles têm) recebiam tanto financiamento para a implantação desses parques e reservas, na verdade que respondiam talvez não só uma necessidade interna, mas sobretudo dos países doadores, e assim uma grande maioria desses parques e reservas na verdade não comportaram um planejamento adequado, mais do que isso, imitaram muitas vezes o conceito de parque nacional dos Estados Unidos. Então o Prof. Chrisna identifica nessa falta de interesse com as necessidades das populações locais, como uma das causas de um certo insucesso que existe em grande parte dos países subdesenvolvidos em manter sobretudo esses parques nacionais. Ele cita, como todos nós sabemos, outras causas, como falta de recursos financeiros para a compra de equipamentos, mas coloca exatamente na não solução dos interesses das populações locais que viviam daqueles ecossistemas a grande razão para uma série de dificuldades que existem hoje, não na formulação nem no decreto, mas na efetiva realização e implantação desses parques nacionais.

Quando nós falamos em "diversidade cultural", eu acho que hoje é um termo tanto aceito junto às Nações Unidas, a IUCN e assim por diante, é tão aceito quanto a de "diversidade biológica". Eu acho que isso é um grande avanço, não somente para as ciências sociais como para as próprias ciências naturais e biológicas. Não é somente um avanço em termos científicos, é um avanço em termos da necessidade de reconhecer a importância da manutenção dessas chamadas "culturas tradicionais".

Eu vou citar somente alguns exemplos, e acho que isso pode acabar ilustrando um pouco a questão desse conflito entre uso e preservação e, ao mesmo tempo, como - se a gente fosse mais inteligente e se os nossos movimentos ambientalistas fossem menos orientados por uma ideologia urbana - a gente poderia talvez caminhar mais facilmente na solução desse problema. Quando eu digo que uma parte do movimento ambientalista (não é só o caso do movimento brasileiro) é muito orientado para essa visão urbana, nós colocamos aí um conflito na verdade entre uma necessidade real de um lado, de preservação de espaços únicos, de ecossistemas como a Mata Atlântica, mas também como uma visão muito de classe média que existe principalmente neste país em que os movimentos ambientalistas, uma grande parte deles, são movimentos oriundos da classe média.

Quer dizer, a vivência nas cidades, nos grandes centros é insuportável, as populações urbanas vêm na verdade o mundo natural como um grande espaço vazio, como um último reduto da naturalidade daquilo que é o mundo natural e que seria assim um espaço paradisíaco; isto é, preservar o verde da Juréia, o mar azul de Galinhos, sei lá, as praias de Ubatuba, acabam ficando no imaginário dessa classe média como alguma coisa a ser preservada em seu benefício. Acho que não é nem tanto em benefício da famosa diversidade biológica, muito menos em benefício de quem vive em dependência desses ecossistemas, que são as populações de caiçaras, pescadores de uma maneira geral, populações extrativistas, agricultores itinerantes e assim por diante.

Então eu acho que a primeira coisa na verdade é uma mudança de mentalidade, até no que diz respeito ao conceito que nós temos dessas populações tradicionais. Eu acho que a primeira dificuldade, integrar essas populações (e integrar entre aspas, porque na verdade mais integradas do que elas estão no meio ambiente) é difícil que se diga, é primeiro essa falta de conhecimento do que são essas populações tradicionais, quer dizer primeiro porque existe muito pouca pesquisa e porque essas pesquisas são mal utilizadas, as populações tradicionais muitas vezes são confundidas com as elites urbanas dessas pequenas cidades litorâneas que se aproveitam das populações tradicionais, algumas das quais em franco processo de desorganização, por outras razões, para predar parques e reservas. E é verdade, em alguns casos populações caiçaras são usadas por comerciantes urbanos, por grupos imobiliários para cortar palmito, e assim por diante.

Agora, é evidente (e a gente não precisaria falar muito) que há uma reação de defesa, muitas vezes, dessas populações pelo total descaso do Governo na manutenção de um padrão mínimo de vida. Essas populações, algumas delas são obrigadas a sobreviver, e daí algumas delas sem dúvida se prestarem a certos tipos de manobras que, pelo menos por nossa parte deveria ficar claro, uma coisa são as populações tradicionais, aquelas que ainda estão em certo estágio de integridade cultural, há aquelas que estão em franco processo de desorganização, vamos entrar nisso, talvez no debate a gente possa ver, mas é importante a gente separar quem se aproveita em alguns casos dessas populações que são madeiros, os grupos imobiliários e assim por diante.

Eu acho que a segunda grande dificuldade que muitas pessoas têm em como integrar essas populações é aquela famosa e, no meu modo de ver extremamente ideológica, maneira de pensar que se baseia no seguinte: "as populações estão em mudança mesmo, elas têm um crescimento demográfico, então como conservar essas populações em áreas de preservação quando elas na verdade vão mudar o seu padrão de vida" e assim por diante. Ora, muitas pesquisas têm demonstrado um pouco o inverso. Existe uma migração grande dessas populações para fora das unidades de conservação onde elas ainda moram, não foram ainda exotadas pelos IBAMAS da vida e elas evidentemente migram, como migra toda a população rural brasileira, não existe nenhuma novidade disso.

Em segundo lugar, eu acho que nós precisamos estudar melhor na verdade o que significa esse modo de vida tradicional. Mas ao mesmo tempo acho que não precisa se afastar dessa visão idílica de que essas populações não mudam, de que é importante quando a gente fala em diversidade cultural entender que essas populações não estão em processo de mudança. Estão, agora a dúvida é se essas populações mesmo nesse processo de mudança não poderiam conservar as características básicas que as especificam que são: o trabalho autônomo, a relação com a natureza, o conhecimento herdado através da tradição para o qual nós vamos nos referir mais tarde. Agora, se a gente pegar alguns exemplos de fora do Brasil a gente vê que isso é plenamente possível. Os pescadores artesanais da Dinamarca são extremamente sofisticados sob o ponto de vista tecnológico, eles usam radar, sonar e assim por diante, independente dos seus conhecimentos dos bancos pesqueiros e, nem por isso deixam de ser pescadores tradicionais, pescadores familiares, mesmo usando radar e sonar, eu não vejo nenhuma incompatibilidade

séria entre uma integração de certos padrões culturais da chamada "sociedade industrializada" e a manutenção de uma certa unidade cultural na base de alguns traços fundamentais.

É uma questão problemática?, é, mas eu não penso que ela seja insolúvel. Eu acho que aí precisaríamos na verdade de uma estratégia governamental que fosse mais adequada a solucionar esse tipo de problema.

A segunda coisa que eu acho é que gostaria de levantar a questão de como essas populações tradicionais conservam o meio ambiente, conservam essa diversidade biológica e assim por diante. Eu vou tratar na verdade de dois casos que conheço pessoalmente, pelas minhas andanças aí pela África que eu acho que são significativas. Um deles pode arrepiar alguns preservacionistas puros, mas eu vou contar porque é um exemplo muito claro do que nós estamos falando.

O primeiro é a população dos pescadores do Lago de Tofinú na costa da África em que o pesquisador Bunguaim (um canadense) percebeu o seguinte: eles não pescavam em certas áreas de mangue atribuindo a essa não pesca o fato de ali existirem divindades femininas que protegiam aquela área que era um lugar de vivência, de vida dessas divindades; então, os pescadores não deveriam importuná-las em certos períodos do ano. Isso é um mito. Isso é a forma com que aquelas populações de pescadores encaravam aquele lugar. A pesquisa feita por Bunguaim revelou que esse mito, na verdade, estava baseado no fato de que aquela área da laguna é uma das áreas de extrema riqueza biológica, de reprodução de ostras, de certas espécies importantes para a sobrevivência da população local e por isso mesmo não eram pescadas em certos períodos do ano. Então são populações que têm uma relação com o meio ambiente extremamente mística, e o que a gente - talvez por essa falsa visão que nós temos do chamado folclore - acaba sequer estudando e vendo as funções que esse conhecimento tradicional e que esses mitos exercem nesse tipo de população.

O segundo exemplo que eu conheci há algumas semanas atrás quando estava na Guiné-Bissau: existe aí uma proposta de reserva da biosfera, no arquipélago de Jagorça, provavelmente um dos arquipélagos mais bonitos da África. O José Pedro teve a oportunidade de conhecer, e esse arquipélago é habitado por quatro etnias diferentes, quatro grupos culturais diferentes que dividiram o espaço das ilhas entre si e mais do que isso reservaram certas ilhas como ilhas sagradas. A gente poderia pensar "bom são ilhas sagradas para o exercício de certos rituais de iniciação", por exemplo à vida adulta dos homens e mulheres. Sem dúvida são lugares fundamentais para isso, mas a gente constatou que em muitos casos são ilhas de extrema importância ecológica e por isso são sagradas, ou vice-versa, aí os antropólogos que se degladiam. Mas a verdade é a seguinte, essas populações conservam essas ilhas com um ritual e uma magia que se a gente for ver também a importância prática para o modo de vida, essas populações têm nessas ilhas um lugar de extremo respeito em que as divindades, os irãs são cultuados para aqueles dias de ritual e assim por diante. A segunda característica importante dessa etnia do Jagó é que elas têm o uso de espaço que na verdade já é uma semente da reserva da biosfera. Elas têm áreas que são sagradas e são preservadas, têm áreas de pesca, têm áreas de agricultura itinerante, que usam mais intensivamente, algumas dessas áreas, na verdade podemos dizer até que foi excessivamente utilizado na etno-cultura mas isso está muito mais relacionado com a vinda dos portugueses e a exigência brutal que os portugueses faziam para que os Bijagós cultivassem arroz e exportassem também para o continente, tem muito mais a ver com essa sobre exploração ridícula de algumas ilhas do que na verdade uma dinâmica da própria sociedade. E dentro dessa sociedade existe um fator interessante, eles matam e comem o peixe-boi. Quer dizer, alguém que tem um pouco de sensibilidade e senso de preservação vai dizer "mas afinal peixe-boi é uma espécie que está em quase todos os lugares do mundo em extinção, que diabo é esse desses bijagós que aparentemente são tão ligados à natureza, comer peixe-boi". E comem, e dificilmente a gente poderia dizer para eles não comerem. É só que tem uma característica interessante: primeiro, o peixe-boi é morto somente por uma pessoa na aldeia, que ela é designada pelo chefe da aldeia para matar o peixe-boi. Isso é a primeira coisa. O peixe-boi

é morto dentro de um ritual extremamente sofisticado em que esse "pagé" chega no mangue onde o peixe-boi fica dentro para se alimentar das relvas, e assim por diante, eles deixam passar as femeas, retêm os machos e durante horas e horas aquele chamado "primitivo" fala com os peixes-bois. "Olha quem são vocês, você eu conheço de outras vezes ..." e é um longo debate com o peixe-boi. Aí ele vai selecionando e é difícil dizer por que critérios ele vai selecionar, mas ele deixa passar 99% do "rebanho" e acaba matando de fato um peixe-boi, que muitas vezes é utilizado em rituais. Então se a gente fosse pensar em como seria possível preservar o peixe-boi, para mim a única forma de preservar o peixe-boi é preservar o cara que mata. Ele e só ele. Pode ser absurdo mas é verdade. Porque se esse ritual desaparecesse todos matariam o peixe-boi em todas as estações do ano e todos os peixes-bois. Então pode ser um exemplo - claro que talvez não se aplique no caso brasileiro - mas é só para dizer que mesmo certas ações aparentemente anti-preservacionistas têm uma lógica interna dentro dessa cultura extremamente rica que é a cultura dos Bijagós.

Voltando à questão da reserva da biosfera, agora da Mata Atlântica, na verdade estou convencido que é uma das poucas soluções que nós temos de preservar a diversidade biológica e a diversidade cultural. Eu não acredito que nenhuma de nossas unidades de conservação, como estão hoje, possam preservar uma coisa ou outra. Eu acho que a Tânia pode não estar de acordo comigo, mas eu acho que não adianta a gente ter mesmo 12 a 13% do território nacional em mata virgem ou ecossistemas associados de extrema importância, se o resto vai ser uma terra queimada e destruída. Isso não funciona, sequer nos países ricos. Temos nos Estados Unidos e na Suécia uma grande briga. Os suecos acusando os ingleses de emitirem monóxido de carbono e não sei mais o que, que acabam caindo nas florestas em termos de chuva ácida e acabam terminando os parques nacionais suecos.

Então eu acho que a preservação da diversidade biológica é alguma coisa extremamente complexa mas que em países como o nosso, no meu modo de entender passa pela preservação, ou melhor, pela conservação dessa diversidade cultural, dessa forma histórica e cultural que as populações tradicionais têm com essa Mata Atlântica. A segunda coisa que eu acho que é importante, quer dizer, eu não vejo em nenhuma das unidades de conservação propostas ao IBAMA pela FUNATURA e bom, não vou mais me alongar sobre isso porque eu acabo me irritando - mas em nenhuma dessas propostas na verdade se contempla a preservação das populações tradicionais, a sua importância, a não ser numa que é a reserva extrativista, que é muito específica. Então eu acho que está na hora da gente jogar fora, eu digo jogar fora com todas as implicações que ela possa ter, aquelas concepções que na verdade não se aplicam a um país como o nosso.

Agora nós não podemos nos esquecer de que não se faz preservação num país de terra queimada. Ou nós tentamos alterar alguns padrões básicos do desenvolvimento brasileiro, baseado na monocultura de exportação, na implantação de portos terminais em locais totalmente inapropriados sob o ponto de vista biológico ou nós estaremos na verdade dentro de uma utopia que não tem final. Então eu acho que é importante a gente pensar em como conciliar as necessidades de conservação e preservação de meio ambiente extremamente importante que se tornam cada vez mais raros no Brasil e aquelas populações que não estão somente no seu entorno, as populações muitas vezes estão no núcleo até desses parques nacionais. Há necessidade de a gente pensar numa forma de manter essa diversidade cultural dentro de um planejamento, já se referiu a isso nas palestras anteriores, isso é impossível que se faça sem um plano de manejo adequado mas acho que isso é extremamente importante.

Então isso está muito associado a um projeto mais amplo de desenvolvimento sustentado, por mais ideológica que seja essa colocação, mas eu acho que esse negócio de sustentado no fundo ele ataca dois problemas básicos no mundo moderno. Ataca o problema da preservação da diversidade, de ecossistemas raros, importantes, ataca a questão da distribuição de renda, num país como o nosso é de extrema relevância, e ataca também o problema da diversidade cultural. Essa questão de desenvolvimento sustentado e reserva da biosfera são conceitos extremamente

importantes. Agora, porque que nós achamos que a reserva da biosfera é fundamental, apesar de que eu concordo com o que foi dito anteriormente pela Dra. Tânia que existem poucas experiências hoje positivas de implantação de reserva da biosfera. Eu conheço uma que acho que pelo menos é bem razoável: que é a reserva da biosfera de Sian Ka'an no Yucatán, no México. É uma reserva que abrange populações Mayas tradicionais. A implantação dessa reserva foi fruto - e aí eu estou de acordo com a Tânia - de um longo processo de negociação.

Eu acho que essa é a palavra básica, é negociar. Negociar o que deve ser preservado, negociar o que deve ser mantido, negociar o que pode ser usado, em que termos pode ser usado. Se a gente não fizer isso, realmente nós estamos retrocedendo aos tempos da ditadura militar, em que os parques eram decretados de cima para baixo, sem nenhuma consulta à sociedade e, mais do que isso, quase sem resultado nenhum porque eles continuavam sendo depredados, sobretudo por uma coisa básica que a gente viu em Guaraqueçaba: a retirada das populações tradicionais dos parques em vez de diminuir a predação aumenta.

Porque não só essas populações acabam vendo os parques como propriedade privada de polícias militares, de polícias florestais, de Secretarias de Meio Ambiente e outras Secretarias da vida, quer dizer, não são mais os seus espaços e como todo mundo preda, porque não eles? Então, eu acho fundamental essa equação das populações tradicionais de uma forma racional, não emocional, acho muito difícil que alguns casos não seja emocional, mas eu acho que é importante que a gente tente na verdade ver o quão relevante é a permanência das populações tradicionais em muitas unidades de conservação desde que os princípios de preservação de ecossistemas importantes e do modo de vida tradicional sejam adequados. É a mesma coisa que em Bijagós. Metade do nosso serviço em Bijagós está feito. Porque a população tradicionalmente distribui as suas tarefas segundo certos calendários que são extremamente importantes, segundo certas áreas extremamente importantes, então o trabalho nosso - e aí vai ter um trabalho de antropólogos extremamente rico - vai ser um pouco operacional essa reserva, tendo em vista um plano de governo que é também introduzir o turismo na região. Quer dizer, e elemento alterador dessa dinâmica interna é sem dúvida, está sendo e vai ser o turismo. Agora como integrar também o turismo nessa proposta de reserva da biosfera é a questão.

Finalmente, eu gostaria de dizer o seguinte, quero dizer para quem trabalha um pouco com essas populações é impressionante a gente perceber que muitas vezes as associações, certas associações de moradores da Mata Atlântica, são muito mais avançadas que nós nessa busca de entendimento, do diálogo e da negociação a que se referiu Tânia. Eu estive há um mês atrás no Congresso Nacional do MONAPE, uma organização extremamente nova, um movimento nacional de pescadores e era incrível a lucidez com que a liderança de pescadores encarava o problema ambiental a partir de uma dinâmica própria.

É muito simples, eles diziam: "*Nós precisamos de águas puras, nós precisamos de um mar não poluído, nós precisamos de um mangue, nós precisamos das matas que garantem a produtividade dos estuários, nós somos os primeiros a querer que esses ecossistemas fiquem preservados porque é do nosso interesse*". E a segunda clareza desse movimento é a seguinte: "*O nosso único aliado nesse momento não é nem o governo, o governo está aqui através das polícias florestais a nos molestar, a nos impedir o exercício da nossa sobrevivência, a nossa aliança natural é com o movimento ambientalista. Isto é, nós precisamos fazer com que o movimento ambientalista entenda que nós não somos adversários nessa batalha, que nós somos aliados. Somos aliados simplesmente porque nós temos uma profissão que exige um contato com a natureza extremamente importante*" e que aí é que foi gerado - eu acho que existem "n" pesquisadores aqui que podiam desenvolver muito melhor do que eu a importância do conhecimento tradicional dos ciclos de reprodução das espécies, das ervas medicinais para a própria sobrevivência dessa população - então, acho eu, muitas vezes, uma maior clareza por parte desses movimentos sociais emergentes da necessidade de se associar a movimentos ambientalistas e talvez de alterar as concepções às quais me referi antes que eram concepções mais urbanas, dessa aliança necessária entre populações tradicionais e a necessidade de

preservar espaços geográficos nacionais, ecossistemas de extrema importância que a gente está perdendo sem mesmo tê-los conhecido.

O que se passa na Amazônia se passa também nos manguesais e assim por diante. Então eu não queria me alongar mais do que isso, acho que o José Pedro me pegou de improviso, como sempre ele acredita que as pessoas têm que se virar para falar alguma coisa em cinco minutos antes da reunião, mas eu acho que não existe basicamente nenhum confronto, se a gente for fazer um trabalho sério, incorporar essas populações e eu acho que aí a RESERVA DA BIOSFERA tem um papel fundamental e essa incorporação passa por um conceito, além dessa justificativa, eu acho que a gente pode discutir mas eu acho que ela tem algum fundamento dessa necessidade de negociação, não se façam mais parques tipo Parque do Superaguí em Guaraqueçaba, desconhecendo profundamente as populações locais, retirando essas populações locais até de seus meios de sobrevivência porque amanhã elas serão os adversários naturais desses parques. Nós não poderíamos voltar ao caso de Superaguí eu sei que ele é problemático, mas a nossa posição é muito clara, as populações tradicionais, elas têm seus espaços tradicionais de uso, elas têm seus tipos de exploração dos diversos ecossistemas, o sub-ecossistema dentro do ecossistema maior que faz com que eles não se especializem em um recurso só, o que é fundamental. Não adianta jogar a população do parque do Superaguí, hoje para as praias, para a pesca porque se ela perder a sua base de terra, a exploração das ervas medicinais, a exploração da floresta ela vai acabar se especializando e depredando os recursos pesqueiros porque vai ser a sua única fonte de sobrevivência, e nenhuma população tradicional da Mata Atlântica tem uma fonte só de sobrevivência, e a gente na nossa famosa especialização, que parte da academia e vai para o mundo real em que a gente acha que especializar é a melhor solução, eu acho que o conceito de "reserva de biosfera" é fundamental, ela deve manter essa estrutura fundamental de uso diversificado de recursos segundo calendários que já foram estudados, que são extremamente importantes, que têm um papel de conservação fundamental, quer dizer, nem todos os recursos são explorados com a mesma intensidade, no mesmo tempo. Isso faz parte de um arcabouço cultural extremamente importante.

Então, eu acho que estão de parabéns os organizadores desta reunião, acho que existe um trabalho imenso pela frente, mas à medida que a gente desarme os espíritos, de um lado os "preservacionistas" de outro lado os chamados "desenvolvimentistas", talvez a gente encontre no conceito da reserva da biosfera um instrumento fundamental para a solução dos problemas que afetam as populações locais e que afetam também a preservação ambiental neste país. Muito Obrigado.

José Pedro de Oliveira Costa

Muito obrigado ao Antonio Carlos Diegues, eu acho que realmente esta compreensão da necessidade da visão social e em especial da visão do valor científico do conhecimento dessas populações é absolutamente fundamental. Eu queria apenas lembrar que além das populações tradicionais nós temos outros tipos de populações, desde favelados no Rio de Janeiro, que a Tânia já mencionou, que é uma população urbana que se beneficia direta ou indiretamente dessas áreas e que serão tratadas no desenvolvimento deste seminário, até proprietários que realmente têm áreas de produção intensiva e que também devem ser objeto de integração, ou seja, o nosso trabalho não é pequeno. Estamos apenas começando.

Conforme dito nós temos 15 minutos para debates e eu pediria apenas às pessoas que quiserem fazer manifestações que façam uso daquele microfone, se identificando porque nós temos uma gravação e queremos guardar isso daí. A Tânia pediu a palavra e antes disso eu poderia até endereçar uma pergunta, talvez a gente pudesse até passar umas três perguntas ao Diegues e ele depois fizesse um comentário. A minha pergunta, para não voltar a usar o microfone é a seguinte: Diegues, você poderia nos ajudar a fazer sugestões e depois no decorrer do caminho nos indicar soluções, como é que nós poderíamos integrar a população local no processo decisório de uma reserva da biosfera?, quer dizer, existe uma proposta que está em andamento, em discussão e aperfeiçoamento, de que haja um Conselho que faça a gestão dessa reserva da biosfera e isso

está sob discussão, quero deixar bem claro, mas desse Conselho foi sugerido que se indicasse um representante da comunidade local, além de um representante da comunidade científica, de um representante não governamental e dos órgãos encarregados da gestão. Está havendo uma dificuldade grande, a gente até sabe alguns caminhos, mas queríamos muito que você nos comentasse isso e depois pudesse ser objeto de alguma deliberação no decorrer deste seminário. Obrigado.

Tânia Maria Tonelli Munhoz

Eu só queria fazer um comentário, a gente tem a mesma linguagem, eu também sou socióloga, não sou bióloga e acho que nós nos entendemos. Eu só quero fazer uma colocação. É muito importante que se discuta nesse momento a questão das Unidades de Conservação. Quando vocês colocaram que fariam um comentário que talvez eu não iria gostar, veja bem, nós no período curto que tivemos no IBAMA determinamos que não iríamos criar nenhuma reserva da biosfera, ou melhor, nenhuma unidade de conservação porque nós não temos a capacidade de gerir as que já existem. Esses espaços ditos preservados, eles só são instrumentos de papel. Nós não temos condições e aí entra - eu queria fazer uma colocação - acho que não é um problema de governo, é um problema da própria sociedade de assimilar ou não esses espaços. O Governo tem a responsabilidade na medida em que ele cria esses espaços e como tu colocastes até retido de populações. Isso é uma discussão em que existem linhas que acham que a área de preservação é área de preservação, não pode ter ninguém, não é a minha opinião, eu estou cada vez mais convencida de que ou nós achamos uma forma de relacionar o espaço de preservação com a atividade humana ou nós não vamos preservar, isso também é uma questão, não de ser fatalista mas uma questão lógica, inclusive nosso objetivo quando estivemos no IBAMA, quando tivemos aquela campanha "Seja um Fiscal do Meio Ambiente", não era fiscal nem do IBAMA nem do Governo nem nada, vocês, para isso tem que ter uma integração porque se as pessoas se sentirem alijadas do seu espaço elas vão é agredir o meio ambiente muito mais, então, é fundamental.

Agora, isso é uma discussão, que veja bem, isso tem que ser uma discussão profunda porque nós estamos inclusive com um projeto de lei no Congresso que foi fruto de um estudo e aí que tá, eu sou por princípio uma pessoa democrática. Nós temos que discutir o máximo essa questão para que seja assimilado por todos os segmentos a melhor forma para essas unidades de conservação. Eu acho que esse é o momento.

Quanto à questão da reserva, é fundamental. Eu acho que a saída é via RESERVA DA BIOSFERA. Agora nós temos um problema crônico num país como o nosso - não vamos discutir agora mas eu insisto - é o problema da propriedade da terra. Essas populações tradicionais, elas não têm a propriedade da terra, na maioria das vezes. Então isso dificulta, porque organizar uma reserva da biosfera num país de primeiro mundo, eles são donos da terra, eles sabem que aquilo é propriedade deles, então eles vão se adequar ou não à uma organização em função daquilo; as nossas populações tradicionais, e não só às tradicionais, como o José Pedro colocou, os colonos - há pouco, fiz uma palestra em Belém e disse: há um falso dilema - nós temos que desmistificar essa questão de meio ambiente contra colono, meio ambiente contra a população local, isso é falso, nós temos que arrumar uma forma de entendimento porque isso não é o verdadeiro âmago da questão. É que eles não têm terra, como é que tu vai organizar essas áreas de litoral com uma população se eles não têm a terra? Porque se tu citaste exemplo correto dos pescadores da Dinamarca (eu te diria da Noruega, etc.) eu acho que é por aí mesmo, que tu pode avançar culturalmente, não precisa ficar a vida inteira atrasado, sem perder os quesitos culturais. Quando tu tem um mínimo de base, que é o que nos falta no nosso entendimento, porque tu colocaste muito bem são populações expulsas em outras épocas que tomaram aquela característica, quase forçados, isso é uma questão e não podemos discutir essa questão fundiária junto com a questão ambiental e no que se refere às unidades de conservação.

Maria Socorro Borges Freire

da Associação Potiguar Amigos da Natureza do Rio Grande do Norte. Eu pergunto ao Diegues como é que pode preservar uma comunidade tradicional quando um empreendimento devassa dois mil hectares de manguesais e quando essa comunidade vivia da pesca nas gamboas e essas gamboas foram interceptadas e os barcos que eles possuíam eram para esse tipo de uso, em gamboas, não em mar e hoje essa comunidade ficou privada dessa sua atividade inclusive os órgãos de meio ambiente do Estado, tanto a nível estadual e federal ainda não exigiram a destruição desses diques ou gamboas para que essa área retornasse à essa comunidade. Eu te pergunto: quem é que defende essas comunidades tradicionais ? Porque veja bem, um outro exemplo é a questão das carnaúbas, que é uma espécie tipicamente do Nordeste e que essa atividade tradicional está acabando simplesmente porque as áreas de mineração de retirada de material argiloso para fabricar telhas e tijolos é nesta área. Então o que eu vejo é que com o passar do tempo não há mais filho que queira aprender com o pai como retirar uma folha da carnaúba. Então eu vejo que essas coisas estão acontecendo e que se não houver uma preservação dessa área essa comunidade realmente vai deixar de existir.

Clayton Ferreira Lino

A minha preocupação, até por um pouco de história na área, é com a questão de gestão e no caso da reserva da biosfera uma área de uma escala diferente da que a gente está acostumado a trabalhar e a gente não está acostumado a resolver as questões em escala pequena, então, como é que você vê a questão ?, gostaria de tratar a questão das diversas comunidades ao longo de uma área gigantesca como essa; como também integrar essa visão porque são situações muito diferenciadas, então a regra que vale às vezes para uma comunidade que está localizada em um dos pontos da reserva da biosfera dificilmente servirá para outra que está em outra extremidade e assim por diante.

Então é essa questão de regras numa área tão grande e tão diferenciada do ponto de vista histórico, cultural e mesmo biológico, e que o fato da reserva da biosfera ela não substitui o sistema de unidades de conservação implantado. Quer dizer, onde é parque, estação ecológica e assim por diante. Então, tem algumas áreas que passam a ter um novo elemento para discutir a gestão mas continua existindo aquele sistema. Como vocês vêm a possibilidade de compatibilizar isso ou de reformular isso?

Márcio D'Olne Campos

Eu queria fazer um comentário e ao mesmo tempo uma pergunta pensando sobre algumas observações do Diegues e da Tânia, a respeito dessa questão de propriedade e o exemplo de Guaraqueçaba. No litoral de São Paulo essa questão de propriedade da terra evolui de forma muito estranha porque os loteamentos e a especulação imobiliária conseguem também expulsar o caiçara de sua região, e por outro lado, os governos na instituição de parques nacionais também podem expulsar o caiçara. O primeiro processo mais sutil, é um processo muitas vezes de desestruturação familiar como aconteceu por exemplo, e um exemplo importante disso é o Montão de Trigo, que as poucas famílias que restam ali são expulsas por peões que vão, de certa forma desestruturar a família com namoro, etc. E depois conseguem que a família se afaste da ilha e deixem isso para especulações. Exemplos típicos desse tipo de pressão que tem sido feito há muito tempo por dois políticos importantes do país, que são Adhemar de Barros Filho e Delmonte Júnior. Então esta questão como é que fica ? O Diegues imaginou um imaginário da população que por razões da preservação as pessoas são expulsas explícita e rapidamente. E por razões de especulação existe uma certa desestruturação mas de repente se instaura um loteamento, se instaura uma propriedade. Essa propriedade se instaura apesar de que o caiçara não tinha propriedade. Então eu venho na sua observação de que o grande problema é a não existência de propriedade. O fato é que as populações tradicionais não tendo propriedade as populações que chegam conseguem estabelecê-la nos padrões jurídicos adequados. Eu queria os comentários por isso.

Sérgio Lucena Mendes

do Museu de Biologia Mello Leitão, Espírito Santo. São três coisinhas. A primeira é quanto à questão dos Bijagós matarem o peixe-boi, em função do ritual deles, nós biólogos também matamos bichos em função do nosso ritual de conhecimento científico, então eu não tenho nada contra. A segunda é a questão de que foi falado, vocês dois, eu acho mais ou menos o seguinte: a preservação da diversidade cultural é fundamental para a preservação da diversidade biológica, ou vice-versa.

Na realidade existe um vice-versa, um versa-vice aí, porque eu quero citar um exemplo dos índios tupiniquins no Estado do Espírito Santo. Houve uma briga de muitos anos para a demarcação da terra deles, uma área litorânea para que eles pudessem viver e preservar a sua cultura no local. Acontece que como vocês sociólogos e antropólogos conhecem muito melhor do que eu, o estilo de vida desses índios no passado era um estilo semi-nômade e de migrações periódicas, quando se esgotavam os recursos de uma determinada localidade que permitiam a manutenção da cultura deles. Hoje com algumas centenas de hectares, ou seja a diversidade biológica foi destruída e eles não têm como preservar aquela cultura anterior, então o que eles fazem, são os principais agressores na região onde eles estão hoje, porque eles não têm uma alternativa mais de sobrevivência. O sistema de caça deles hoje é um sistema dos mais depredatórios, em termos assim de extinguir mesmo a chamada biodiversidade, e eles plantam mandioca e quando se esgota numa determinada área, quando a mandioca não está dando, eles alugam a área que foi desmatada por eles para os fazendeiros fazerem pastos. Então nós, com a nossa cultura, destruimos cada vez mais a chance de preservação da diversidade cultural deles em função de termos destruído a diversidade biológica antes e agora queremos que em cento e poucos hectares, ou duzentos e trezentos hectares, eles preservem a cultura tradicional. Não tem condições. Então uma coisa está extremamente ligada à outra.

Agora a terceira e última coisa. Uma questão que eu coloco e que tem me preocupado muito. Ontem estava conversando com um colega do Espírito Santo, também, vocês vêm lá no mapa do Espírito Santo de tombamento e proposta para ser reserva da biosfera. É uma região tipicamente serrana e pequenos agricultores que foram estimulados por governos e governos consecutivos a plantarem café. O café hoje não dá nada. Dá prejuízo. Ele planta café e depois não paga o adubo quando ele vende o café dele. Ele não tem alternativa agrícola, nós vivemos num país em que o pequeno agricultor está totalmente abandonado, está literalmente "no mato sem cachorro". Então o que ele quer destruir, vamos dizer, ele não quer destruir ele quer sobreviver, ele quer dar comida para os filhos dele, para a família dele, etc. Ele não tem alternativa. Não tem mesmo. Eu hoje vivo no interior do Espírito Santo, já fui muito urbano, sou menos urbano hoje. Não tem alternativa, então é questão de sobrevivência se ele pode entrar na mata, tirar uma madeira para vender, para sobreviver mais um tempo, tirar areia no rio para vender porque a alternativa que é o café não dá mais dinheiro e não é apresentada nenhuma alternativa econômica viável, ele vai fazer isso. Portanto eu acho fundamental essa discussão da questão dos caiçaras, das culturas tradicionais. Agora nessa questão da reserva da biosfera isso representa uma minoria em termos de populações que vão ser abrangidas por essa problemática. Então, eu acho que nesta questão o José Pedro falou alguma coisa sobre isso, é muito importante que a gente comece a tentar amadurecer isso: preservar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica sem alternativa agrícola viável, econômica para o pequeno agricultor dessas regiões serranas, não vai dar.

Diegues

É, essas questões foram bastante interessantes. Bem eu queria fazer primeiro uma observação. Dá para perceber em alguns discursos dessa necessidade da integração das populações tradicionais, eu acho que de fato o José Pedro tem razão, se trata da integração da população como um todo, dentro dos limites da Mata Atlântica, a gente poderia voltar posteriormente a isso, mas eu acho o seguinte: não se trata de necessariamente integrar essas populações na reserva da biosfera. A Reserva da Biosfera ou é ou não é feita com eles. Eu não vejo outra alternativa, não existe prioridade na reserva da biosfera para preservação. Para isso existem outras unidades de conservação.

O que existe - acho que aí é a grande validade desse instrumento - é que ele possibilite uma convivência. Então eu não vejo nenhuma prioridade sobre preservação nesse caso da reserva da biosfera, eu acho que as coisas são intrinsecamente ligadas, e como havia dito antes, eu acho que a preservação, a conservação da diversidade biológica é uma condição ou uma causa como a gente queira, eu acho que o último locutor e o Lucena tem razão, quer dizer não dá saber que é causa o que é efeito aí. Na verdade eles fazem parte de um mesmo sistema. São as populações tradicionais e esses ecossistemas.

Na segunda eu acho que existe um problema ético, quer dizer a ética neste país está tão por baixo que quando a gente fala em ética a gente acha que o que está falando é maluquice. Mas ponham-se na pele dessas populações caiçaras, que historicamente foram marginalizadas pelos grandes ciclos econômicos. Começaram a perder daí, foram empurradas para os remanescentes de mangues e florestas em lugares normalmente íngrimes que ninguém queria viver há cinquenta anos atrás, desenvolveram uma convivência até bastante harmoniosa com essa realidade. De repente chega o Estado e diz: olha Senhores, muito obrigado pelo seu papel histórico e ponham-se na rua. É um problema ético, isto é, ou o Estado resolve isso como problema ético também ou não é resolvido. Como é que um caiçara que possa ler propostas das elites brasileiras quando vêm a questão internacional da Amazônia, em que se pede aos países desenvolvidos que paguem para que a gente use de uma forma sustentável ou preserve a Amazônia, se internamente o Estado brasileiro e a sociedade brasileira não quer recompensar, indenizar as suas populações pelo seu trabalho histórico.

É muito simples, a gente olha o mapa feito pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo, em 1920 ou 1930, sei lá quando, a mata cobria uma grande parte do Estado de São Paulo, sobretudo o interior. Hoje a riqueza do interior sobretudo para as elites é imensa, é só a gente andar por esse interior de São Paulo. Existe uma grande riqueza acumulada na industrialização junto à uma grande miséria nas áreas urbanas e a gente diz: olha nós cortamos as florestas, degradamos os rios e vocês, que por quatrocentos, ou trezentos ou duzentos anos mantiveram essa riqueza que é hoje o nosso patrimônio, vocês podem arrumar as malas e ir embora daqui. Eu acho que existe aí um problema ético, apesar de que a ética, como disse, hoje neste país a começar pelo governo anda meio por baixo, mas eu acho que é bom a gente levantar essa questão ética também.

Voltando então à primeira questão do José Pedro, quer dizer, a questão de como fazer essa população participar eu acho que existem vários níveis. Existe um nível até mais amplo com movimentos nacionais, tipo MONAPE que já têm embebida na sua ideologia essa questão da preservação. Então de que forma a gente pode apoiar, sustentar esse movimento autônomo de pescadores artesanais. Acho que essa é a primeira questão. Acho que a Universidade aí tem um papel muito grande no apoio a esses movimentos. O segundo - e aí eu queria ligar uma questão do Clayton - de fato uma reserva de biosfera que cubra esse bioma imenso, que era imenso, o que resta da Mata Atlântica, tem algumas vantagens políticas internas e externas notáveis e também tem algumas debilidades que a gente precisa resolver. Eu acho que não existe participação possível a não ser num nível menor, isto é no nível de um sub-ecossistema de um ecossistema, e assim por diante. Agora isso cabe ao planejamento, isto é, à proposta de manejo resolver essas questões, isto é, a gente vai ter sempre uma área de preservação estrita, que vai ser um parque, uma reserva, a gente vai ter as áreas intermediárias e depois tem as áreas de uso extensivo, intensivo, e nessas áreas de uso intensivo a gente vai ter que incluir as populações urbanas de alguma forma e assim por diante.

Agora eu vejo uma necessidade na verdade de um redimensionamento a partir dessa área imensa legal em provavelmente sub-ecossistemas ou partes da reserva que, apesar de ser um todo, possam ser administradas de uma forma mais localizada, tanto porque a relação das populações com a natureza ela é sempre bastante localizada. Eu fico contente em saber a posição da Tânia no que diz respeito à discussão pela sociedade das unidades de conservação. Pensem só se a gente for seguir as recomendações do PNUMA de que o país deva ter pelo menos 10% do seu

espaço em unidades de conservação, façam a conta, é a ninharia de 800 mil quilômetros quadrados. Eu acho que nós precisaríamos de fato reestudar essa questão. É uma questão nacional, não é uma questão do IBAMA nem dos biólogos nem dos antropólogos, é uma questão nacional. "Passar moleque" através do CONAMA numa proposta que ninguém conhece e que depois não é discutida a nível nacional, eu acho isso pelo menos irresponsável. Não vai resolver nada, vai aumentar o nível dos conflitos e vai ser mais uma pândega feita pelo Governo brasileiro. Então eu acho que a proposta do Fábio de se discutir isso amplamente no Congresso com a participação da sociedade é fundamental.

A questão do uso da terra, rapidamente, eu acho que aí está uma questão básica. Agora é importante a gente pesquisar também como é que os caiçaras se apropriaram da terra. É verdade que eles não têm título, não têm título porque hoje simplesmente você tirar um título de terra você precisa ser milionário. É só você ir a um cartório para saber quanto é que você paga dos vários direitos de cartório, juízes, agrimensores, o escambau. Isso sai da mão do caiçara individual. Agora vejam só, o IPARDI, no Paraná, mas também tem um órgão de terra, ITC, teve uma experiência que eu não sei porque não foi adiante. A gente sabe mas é bom dar uma de "João sem braço". Quer dizer, eles propuseram há poucos anos atrás que as áreas tradicionais, entre as quais os caiçaras, fossem legalizadas em termos de usucapião coletivo, isto é, que aquelas áreas, tanto de pesca, e porque não, o mar foi sempre de alguma forma possuído pelos pescadores, em termos de conhecimento, marcas, e assim por diante. Mas sobretudo a parte de terra, com as áreas de cultivo itinerante (e assim por diante) fossem legalizadas num tipo de usucapião coletivo, isto é, aquela comunidade tem a posse coletiva da terra, não se daria a posse individual, poderia haver só uma circulação dos lotes individuais dentro da própria comunidade, só que tem muito pouco juiz hoje com coragem de decretar isso. Primeiro porque se tem todo o eivo da chamada socialização da terra e assim por diante. Mas porque não inovar também nesta questão do direito das propriedades tradicionais, afinal as populações indígenas também têm um direito parecido. Bom, eu acho que a gente precisaria inovar e tenho a impressão de que não vale a pena na verdade legalizar posses individuais eu acho que seria muito mais fácil. A gente fez uma tentativa em São Paulo nesse sentido e de um estudo para saber em algumas comunidades caiçaras quais eram os espaços usados tradicionalmente que é muito maior que o espaço da vila. Mas, partindo como necessidade, a legalização do espaço comunitário. Hoje a degringolada está tão grande em algumas áreas que as comunidades são obrigadas às vezes a vender a própria área da igreja. Peguem a Barra do Sahi em São Paulo - a pressão é tamanha, na verdade a maracutáia é tão grande que eles acabam vendendo o que podem para sobreviver.

Então eu acho que dentro dessa dívida histórica com essas populações, da mesma forma que nós exigimos que os países industrializados através de um imposto contribuam para a preservação da Amazônia, que o Estado e a sociedade também pelo menos reconheçam o trabalho que foi feito por essas populações tradicionais e trate de mantê-las no sentido de que eles ajudem também a conservar aquilo que eles sempre conservaram. Claro que aí precisa de todo um trabalho antropológico, algumas dessas sociedades estão em fase de desorganização mas eu acho que aí está também um desafio às ciências humanas.

Eu vou me referir ao caso da moça do Rio Grande do Norte. Você está se referindo ao caso de Galinhos de Guimarães, é isso? Esse é um dos casos de fato, de polícia. Você pega um grande salineiro que barra as gamboas, impede a circulação da água e mata, fisicamente, uma paisagem lunática ou lunas, porque a gente anda naquele mangue, parece árvore de natal. Porque a salinidade sobe nos troncos das árvores de mangue mortas e fica tudo absolutamente branco. Então, vejam que interessante: tem uma bióloga "um pouco doida" da FEEMA que decidiu computar quais seriam os custos ambientais dessa degradação de 2.000 hectares de mangue. Ela chegou a uma continha, que pode ser exagerada, talvez por ser bióloga porque eu acho que isso é função mais de economista, mas ela chegou a uma quantia de 50.000 dólares o hectare de riqueza perdida pela destruição do mangue. Correto ou não, tem interesse? Tem, mas o importante é o seguinte, o cara ficou com tanto medo inicialmente - porque de fato acho que foi durante o período da Tânia, foi feita uma pressão sobre esse cara da salina - que ele disse: "olha,

nós vamos negociar, vamos abrir depois vamos dar mais 400 hectares de mangue" - como se fosse dele - para preservação, para um parque, não sei de que. Como não houve pressão, de um lado das próprias comunidades locais porque o sistema de repressão numa sociedade oligárquica, como no Rio Grande do Norte, onde duas famílias controlam o Estado inteiro, é complicado, eu acho que aí precisaria de um apoio nacional. Mas, só mostrar para esse cara que o que ele matou, não foram somente dois hectares de árvores, mas que foi uma riqueza de caranguejo Uçá e de aves e peixes e assim por diante, atemorizou o cara. Eu acho que nós precisamos pensar também num outro tipo de economia, de análise econômica em que nesses projetos a análise do impacto ambiental incorpore mais elementos do que o simples preço da terra. Então eu acho que esta questão de mobilizar essas comunidades tradicionais continua sendo uma questão básica.

Eu acho o seguinte, não existem mesmo respostas. Existe um complexo de problemas que vai exigir de um lado a participação de biólogos, de sociólogos a nível da pesquisa, antropólogos, vai exigir uma participação de organização das próprias comunidades, quer dizer, não tem por onde, mas eu acho que essa questão da terra é tão viva para essas comunidades que é um dos poucos temas que na verdade mobilizam uma comunidade tradicional. Talvez a gente nesses dias de reunião aqui também traga alguma luz de como compatibilizar a área "core", a área central, o que é um parque, desde que você resolva o problema das populações tradicionais que também estão nesse parque; eu acho que através dessa noção de zona tampão isso é possível, mas acho que é um desafio, não para o conferencista, é um desafio para todos nós, um desafio para a própria sociedade, eu nem falo de governo porque eu acho que quem tem tão pouca capacidade de reação hoje, dificilmente se pode chamar de governo, mas eu tenho a impressão que a sociedade como um todo tem o direito e o dever de pensar e exigir soluções adequadas para essa questão da preservação ambiental, unidades de conservação, é uma questão de sociedade, acho que a Tânia tem toda razão, não é só uma questão de governo.

José Pedro de Oliveira Costa

Muito obrigado, Antonio Diegues. Passo de imediato a palavra ao Carlos Joly, que falará sobre a relação da comunidade científica com a Reserva da Biosfera.

Carlos Alfredo Joly

Bem, como o José Pedro disse o Hermógenes não pode estar aqui, é um compromisso que ele já havia assumido anteriormente e pediu para que eu o representasse. De modo que é uma situação meio delicada, todos que me conhecem, conhecem a minha vida acadêmica, sabem que eu não trabalho com Mata Atlântica, que eu orbito em volta da Mata Atlântica. Mas essa relação com a Mata Atlântica por não estar diretamente trabalhando no bioma talvez me permita uma visão crítica do que é, do que tem sido, a atuação da comunidade científica.

Uma vez que eu não tenho nenhum território a defender, eu posso fazer uma análise um pouco mais ampla do que tem sido feito a respeito da Mata Atlântica. Me sinto a vontade para falar sobre o bioma, porque como o Diegues eu não sou caçara, mas eu sou casado com uma caçara e por osmose eu acho que incorporei um bocado do conhecimento tradicional das culturas do litoral norte do Estado de São Paulo.

A outra razão que me traz a essa Mesa é a atuação que eu passei a ter no Comitê do MAB, o COBRAMAB brasileiro muito mais uma contingência de eu estar já fazendo parte de um Comitê Internacional de um dos programas do MAB, que é o Programa de ECOTONS que lida basicamente com as tradições de águas interiores e terra e aí se insere o trabalho que a gente desenvolve com Mata ciliar no Estado de São Paulo, talvez por ser Membro desse Comitê Internacional eu acabei sobrevivendo a todas as reestruturações que o Comitê Brasileiro do MAB sofreu nos últimos três anos e daí o José Pedro dizer que eu sou um dos veteranos. Eu diria que eu sou um sobrevivente dentro do Comitê por uma situação que é peculiar, por fazer parte de um Comitê maior que é o Comitê internacional.